

Em Torno a Puebla - III

Puebla: expressão de uma prática pastoral latino-americana

Nada mais enganoso do que analisar uma reunião nela mesma ou um texto fora do respectivo contexto. Puebla tem uma história que é a própria história da Igreja Católica na América Latina nos últimos anos. Sem entender esta última, não se compreendem os resultados daquela e certas partes mais significativas de seu documento final ficam sem explicação. Os prognósticos anteriores à reunião eram muitas vezes pessimistas, baseados nas análises estáticas e frequentemente arbitrárias da tendência da Igreja latino-americana, sem levar em conta o dinamismo de um encontro destes e seus condicionamentos histórico-sociais, bem mais complexos do que os simples posicionamentos ideológicos.

Em primeiro lugar, há que recordar que em Puebla não se realizava uma reunião do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano), um órgão permanente de coordenação, mas uma assembléia de todo o episcopado, que tem lugar praticamente cada dez anos. As reuniões do CELAM são muito mais freqüentes e mais operativas, em função

do trabalho de seus departamentos e de seus encontros especializados. Aqui estamos muito mais diante de verdadeiros "concílios ou sínodos regionais", como aqueles que nos primeiros séculos reuniam as igrejas das diversas áreas geográficas, para enfrentar os problemas pastorais que iam surgindo nas comunidades cristãs primitivas.¹

É claro que o CELAM, como órgão técnico encarregado da parte organizativa e sua direção (presidência e secretaria geral) tiveram uma enorme importância na preparação e no desenrolar da reunião, mas esta tendeu a tomar uma certa distância diante das atividades ordinárias daquele. O CELAM elaborou dois documentos preparatórios, em primeiro lugar um documento de consulta, depois um documento de trabalho. Especialmente o primeiro, logo que apareceu foi recebendo uma carga enorme de críticas contundentes. No Brasil, regionais da CNBB o rejeitaram "em conteúdo e forma" e o documento "Subsídios para Puebla", aprovado pelos bispos brasileiros em Itaici em abril de 1978, ainda que sem fazer menção expressa, de fato o pôs de lado e se encaminhou noutra direção. O documento de trabalho procurou integrar contribuições de vários episcopados, aparar certas arestas polêmicas e opções ideológicas discutíveis do primeiro, mas manteve sua estrutura central, ainda que melhorando-o sensivelmente. Mas é interessante notar como não há praticamente referência a eles em Puebla, nem no documento final, nem nos trabalhos das comissões, que partiram muito mais das experiências concretas dos bispos do que de textos prévios. D. Aloísio Lorscheider, aliás, indicou ao começar a conferência que o documento de trabalho era apenas "um instrumento de ajuda à criatividade dos participantes". Mas o mais importante era o horizonte no qual ele queria situar-se, isto é, "a *história concreta* da América Latina".²

DE MEDELLÍN A PUEBLA

Quando se fala em Puebla, a referência obrigatória é Medellín que, dez anos antes, denunciara "situações de pecado", se referira aos desequilíbrios estruturais, à dependência, a uma tarefa de libertação e à necessária opção pelos pobres. Também incentivara de maneira especial o trabalho das comunidades eclesiais de base,

1. Ver Hilaire Marot, "Conciles antenicéens et conciles oecuméniques", in B. Botte e outros, *Le Concile et les Conciles*, Cerf, Paris, 1960, pp. 16 e segts.

2. D. Aloísio Lorscheider, *Relación introductoria a los trabajos de la III Conferencia General del Episcopado Latinoamericano*, texto mimeografado, distribuído pela secretaria da reunião, s/ data.

que por essa época começavam.³ Vale notar que Medellín produziu doze documentos, mas os que permaneceram na memória latino-americana foram os primeiros, pelo diagnóstico mais marcante e pelas opções mais nitidas. Há uma decantação natural produzida pela história, que retém aqueles aspectos de criatividade e novidade, passando para a penumbra o tradicional e o óbvio. O Pe. Fernando Bastos de Ávila se referiu no trabalho anterior à crítica que alguns fizeram à "perito-nite" de Medellín onde, para muitos críticos, os especialistas teriam tomado de surpresa os bispos, que assinaram os documentos sem a idéia clara do que faziam. Um estudo detalhado do que ocorreu em Medellín, assim como a comparação com o desenrolar de Puebla, mostra facilmente a falácia dessa interpretação, que faz, aliás, sérias reservas à capacidade de atenção e de reflexão dos bispos.

Em todo o caso, na preparação de Puebla, e especialmente no seu desenrolar, se tratou de limitar a influência dos técnicos não bispos. Especial cuidado requereu a seleção dos teólogos a serem convidados. Ora, nos últimos anos, de Medellín para cá, a elaboração teológica latino-americana, comparando-a inclusive a nível mundial, foi intensa e original. A chamada teologia da libertação passou a ser objeto de crescente interesse, provocando também muitas resistências. Voltaremos logo adiante a este, ponto, extremamente importante. O fato é que os mais conhecidos teólogos dessa tendência foram afastados da representação oficial e praticamente nenhum foi convidado a participar. Isso era desconhecer, ou pôr em dúvida, anos de elaboração teórica da maior seriedade.

Mas é necessário remontar um pouco mais atrás e ver como Medellín não foi um acidente no processo da Igreja latino-americana, imposição de uns poucos, mas se explica por todo um trabalho pastoral anterior extremamente importante, por um contexto sócio-político da região e por um trabalho prévio de muitas reuniões e seminários a nível regional.

No que se refere ao primeiro ponto, Medellín recolhe os resultados de três grandes linhas de trabalho. Em primeiro lugar, desde a década de cinqüenta, se desenvolveram na região os movimentos de leigos, especialmente os da ação católica especializada, em suas organizações de juventude operária, agrária, estudantil secundarista e universitária. Alguns deles foram bastante significativos e atuantes em vários países e muitos dos bispos que desenvolveram trabalhos pastorais renovadores, assim como futuros teólogos latino-americanos, foram assistentes deles ou tiveram bastante relações com os mesmos. É o caso de D. Helder Câmara, na ocasião

3. Ver Conclusões de Medellín, *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio*, Vozes, Petrópolis, 1969

assistente nacional da Ação Católica Brasileira ou do Pe. Gustavo Gutierrez, assistente nacional da União Nacional dos Estudantes Católicos do Peru, a JUC desse país. A história da Igreja latino-americana deverá redescobrir a importância dos movimentos leigos e a qualidade de seu trabalho pioneiro. Eram organizações de quadros ou de militantes, e não tinham as características mais abertas das experiências da etapa seguinte, mas estas se beneficiariam, muitas vezes sem o saber, dos caminhos abertos por aquelas. No momento de Medellín, em 1968, alguns desses movimentos já tinham sofrido algumas crises e fortes tensões com setores do episcopado, como foi o caso da JUC do Brasil, mas nem por isso deixaram de contribuir com algumas de suas instituições básicas.⁴

Começam nessa época, através das comissões episcopais nacionais, as atividades preparatórias para elaborar uma pastoral de conjunto. No caso brasileiro, ao Plano de Emergência de 1962 seguiu o Plano Pastoral de Conjunto de 1966. Já não se tratava somente de se fazer experiências dispersas, mas de descobrir orientações comuns, prioridades compartilhadas e *linhas de ação* a nível nacional.⁵

Esse trabalho global poderia ter sido apenas um exercício burocrático, ou a imitação por parte da Igreja das atividades de planejamento dos países e dos órgãos internacionais daqueles tempos, não fora ele antes de tudo o instrumento prático que possibilitou a concretização de algumas experiências que não surgiram como o resultado de organogramas, mas de tendências muito mais profundas e vitais. E isso nos leva à terceira das linhas indicadas acima. A sensibilização crescente da Igreja pelo social, as encíclicas de João XXIII e Paulo VI, o Concílio Vaticano II foram possibilitando o surgimento de novas práticas. Vale lembrar, a nível nacional, uma mensagem da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil de julho de 1962, que lançou o plano de emergência e cujo texto encontrará ecos em Medellín e inclusive na reunião de Puebla: "Ninguém desconhece o clamor das massas que, martirizadas pelo espectro da fome, vão chegando, aqui e acolá, às raias do desespero... o povo da cidade e dos campos começa, não apenas a tomar conhecimento das verdadeiras causas desses males como, sobretudo, a compreender que, sem *participação* na vida das instituições e da própria sociedade, jamais será libertado do estado de ignomínia em que se encontra".⁶ Começavam a

4. Estamos realizando no Centro João XXIII uma pesquisa sobre a JUC, que será publicada em alguns meses mais.

5. Para esta linha de trabalho ver a descrição em Raimundo Caramuru de Barros, *Brasil, uma Igreja em renovação*, Vozes, Petrópolis, 1967, 1.ª parte.

6. CNBB, *Plano de emergência*, Cadernos da CNBB, n.º 1, Liv. D Bosco, 1962, p. 50.

afiorar lentamente as experiências eclesiais de participação popular, que pouco a pouco se foram caracterizando através das *comunidades de base*.

É nesse contexto, aliás, que podemos entender a teologia da libertação, que não surgiu como uma escola de pensamento a mais, saída das universidades e dos centros teológicos, ou fruto de uma reflexão pós-conciliar europeia, mas sobretudo como o esforço original em nossos países para ser uma maneira diferente de fazer teologia, "reflexão crítica da práxis histórica", como um ato segundo que pensa um compromisso de caridade anterior.⁷ As análises que não colocarem a teologia da libertação no contexto de uma ação pastoral em renovação, não a entenderam e tampouco sabem interpretar Medellín e Puebla.

Medellín foi o ponto de chegada de todo um caminhar da Igreja latino-americana. Antes dela outras reuniões foram promovidas pelo CELAM, algumas de especial importância para o que ocorreria nos anos seguintes, como as reuniões de Buga, preparadas pelo Departamento de Educação (DEC), uma sobre pastoral universitária e outra sobre as universidades católicas, onde descobrimos a idéia central de *educação libertadora*.⁸

Tudo isso tem de ser situado no conflitivo contexto da sociedade latino-americana daqueles anos. Com o crescimento do movimento popular, na década dos sessenta, os setores dominantes se sentiram ameaçados em sua hegemonia, e provocaram intervenções na sociedade política, com a aliança da burguesia interna e internacional, dos novos tecnocratas e dos militares. Foi o tempo dos golpes de estado no Brasil e na Argentina. No Chile, a experiência reformista democrata-cristã dava os sinais de seu rápido esgotamento. A insurreição guerrilheira ia também mostrando seu irrealismo e seus fracassos, e sofria a perda de Guevara e de Camilo Torres. Cuba atravessava uma fase de profundos problemas econômicos e tentava experiências contraditórias. Não foi tempo pacífico ou tranqüilo, nem tampouco de otimismo ingênuo. Pelo contrário, 1968, aliás um ano conturbado no mundo inteiro, indicou o começo de um ciclo de crise internacional.

Medellín recolheu sinais desses fatos e lançou sugestões extremamente fecundas para as atividades da Igreja na região. Partiu das experiências pastorais que iam surgindo, mas soube distinguir nelas, apesar de sua pequena dimensão, a potencialidade de que estavam possuídas. Nesse sentido Medellín foi profética, ou melhor, intuiu a profecia que começava a germinar em vários lados.

7. Isso já vem afirmado no livro de Gustavo Gutiérrez, *Teologia de la liberación*, CEP, Lima, Peru, 1971, pp. 28 e 33.

8. Celam, *Los cristianos en la universidad*, Bogotá, 1967

Estes últimos dez anos viram agravar-se a crise internacional. É possível perceber agora que depois de um período de expansão que viera do pós-guerra, começava em 1968-1969 uma etapa de recessão que se faria visível com a crise da energia no começo da década seguinte, e na qual ainda estamos imersos. As conjunturas nacionais na América Latina foram se fazendo cada vez mais difíceis. No Chile, depois da experiência da unidade popular que despertou tantas esperanças, veio a reação contrária, fruto do medo e do apoio externo. O chamado "cone do sul" se enrijeceu em experiências autoritárias e num certo momento poucos foram os sistemas democráticos que sobreviveram na região. Mas nos últimos dois anos, apesar do prosseguimento da crise econômica e social, e talvez em parte por causa dela, foi surgindo uma lenta distensão política em alguns países, com o esgotamento de muitos autoritarismos, ainda que em certas regiões como a América Central, a crise tenha se agravado. O modelo socialista cubano também foi se estabilizando e começou sua experiência do poder popular, tratando de vencer uma tendência centralista. Os resultados de sua política social apresentaram índices notáveis em educação e saúde.⁹ A temática da libertação, que na reflexão da Igreja parecia ter-se substituído, nos anos difíceis, pela do cativo, voltou a ser recolocada, ainda que em outros níveis, a partir de uma maior maturidade do movimento popular, e afastados os caminhos voluntaristas de alguns setores políticos. Apesar de todas as repressões, pode-se constatar um evidente crescimento desse movimento popular e de suas organizações. Surgem por todos os lados iniciativas, agrupações de bairros, novas associações e o movimento sindical vai mostrando seu vigor e sua consciência em países como a Bolívia, ou cresce em autonomia e produz novas lideranças no Brasil.

Mas além disso, a Igreja desempenhou um papel decisivo nos anos difíceis. Quando a situação era mais tensa, ela chegou a ser, em países como o Brasil e o Chile, praticamente o *único lugar* na sociedade civil em que as classes populares podiam expressar-se sobre sua realidade e seus anseios. Foi o tempo em que as comunidades eclesiais de base se espalharam aos quatro ventos, com experiências importantíssimas no Peru, no México e, qualitativa e quantitativamente, muito significativas em nosso país. A opção popular não era apenas um anseio de alguns textos, mas uma realidade em expansão. Evidentemente, não se tratava ainda da orientação pastoral mais difundida, mas a mais dinâmica e mobilizadora. E por isso mesmo foi encontrando ao mesmo tem-

9. Ver Comissão Econômica para a América Latina (Nações Unidas), *Apreciaciones sobre el estilo de desarrollo y sobre las principales políticas sociales en Cuba*, documento CEPAL/MEX/71/22 rev. 3, novembro de 1978.

po fortes resistências. O documento de Puebla se referirá ao processo: "Na época em que se realizou a Conferência de Medellín, as CEBs eram apenas uma experiência incipiente. Ao fim de dez anos elas se multiplicaram e amadureceram, sobretudo em alguns países, de tal forma que agora constituem um dos motivos de alegria e de esperança para a Igreja. Em comunhão com os bispos e como pedia Medellín, se converteram em *focos de evangelização* e em *motores de libertação* e de desenvolvimento" (n.º 56).

Ao mesmo tempo, a partir da reunião do CELAM em Sucre, em 1972, a secretaria geral desse organismo foi parar em mãos bastante conservadoras e começou a expressar, em suas publicações, reservas à pastoral popular e à teologia da libertação. A leitura dos documentos, boletins e revistas do CELAM, nestes últimos anos, impressiona muito mais pelo tom polêmico de resistência a experiências e a idéias, do que pela apresentação de alternativas pastorais concretas. Foi então que se começou a ouvir falar aqui e ali de retificação de Medellín ou, em linguagem mais cuidadosa, de uma "autêntica" interpretação de suas conclusões. Nesse contexto surgiu o documento de consulta antes aludido, que pretendia, depois de uma ênfase que considerava demasiado sociológica, trazer a análise para o mundo menos conflitivo dos valores e das motivações.

Os que julgaram que Puebla seria um retrocesso em relação a Medellín deram demasiada importância aos problemas administrativos da sua preparação e menos atenção à realidade eclesial da região, que seguia avançando com suas experiências de pastoral popular, apesar das restrições e dos temores, viessem eles de setores importantes de muitas Igrejas nacionais ou de instâncias coordenadoras regionais.

A DINÂMICA DE PUEBLA VISTA DO EXTERIOR

A participação em Puebla como jornalista e no assessoramento de alguns bispos, ainda que sem pisar as salas de reuniões cuidadosamente defendidas de pessoas sem credenciais oficiais, permitiu ir descobrindo a dinâmica dessa reunião, também profundamente condicionada como Medellín pelo processo histórico da Igreja latino-americana.

Não seria totalmente impossível que pudesse ter ocorrido uma assembléia manipulada, ou paralisada pelos temores, chegando a representar um passo atrás em relação a Medellín. Tal não se deu, mas pelo contrário, Puebla assumiu Medellín (n.º 15) e em alguns pontos foi mais longe. Veremos logo por quê.

Alguns acharam também que a presença do Papa poderia ser um elemento inibidor dos trabalhos. Não o foi, apesar da reação de

uns poucos, que chegaram a dizer que tudo ficara resolvido por João Paulo II e que o episcopado latino-americano nada mais tinha a fazer. Ao contrário, o Papa inspirou a criatividade de várias partes do texto, especialmente do diagnóstico, a partir daquela constatação de seu discurso na inauguração, que o documento de Puebla retoma mais de uma vez, quando se referiu a “mecanismos que, por se encontrarem impregnados não de um autêntico humanismo, senão de materialismo, produzem a nível internacional ricos cada vez mais ricos *a custa de* pobres cada vez mais pobres”, ou quando indicou na mesma ocasião, e repetiu em Oaxaca, que uma “hipoteca social” grava toda propriedade. Certa imprensa deu maior destaque às manifestações de cautela do Papa, que normalmente não faltam nos textos do magistério, deixando na sombra tudo o que era defesa da dignidade humana e “compromisso evangélico... com os mais necessitados”.

Além disso, o discurso de D. Aloísio Lorscheider no início da conferência, já antes referido, criou um clima favorável de abertura e de liberdade. O incidente da publicação de uma carta do secretário-geral faria também com que esse perdesse uma certa liderança uma vez que, como foi dito na ocasião, ele não pôde ser “elemento de comunhão”, pois apareceu como membro ativo de uma tendência.¹⁰

Houve uma certa alusão, nos primeiros dias, a uma Puebla “paralela”, querendo-se fazer recair o ônus da divisão sobre um número grande de teólogos, agentes de pastoral e cientistas sociais que, não convidados como membros oficiais, estavam presentes na cidade. O que não se dizia, mas ficou a seguir evidente, é que lá tinham chegado a convite de alguns bispos, para assessorá-los a título pessoal. Na cidade de Puebla estavam conhecidos teólogos como Gustavo Gutierrez, Leonardo Boff, Clodovis Boff, João Batista Libânio, Jon Sobrino, Segundo Galilea, Luiz del Valle, Joseph Comblin, Enrique Dussel e muitos outros e disse não se fazia nenhum mistério. Sua atitude era de serviço e de colaboração positiva, discreta mas eficaz, para o desenrolar dos trabalhos. Ao lado deles, participavam uma equipe de cientistas sociais e um

10. Tratava-se de uma carta de D. Alfonso Lopez Trujillo a D. Luciano Duarte, arcebispo de Aracaju na qual, depois de narrar suas gestões em Roma com respeito a nomeações para Puebla e de fazer observações taxativas sobre bispos e teólogos, o põe em guarda: “Prepara, pois, teus aviões bombardeiros e prepara um pouco de teu veneno (“ponzoña”) saboroso... Creio que debes submeter-te a um treinamento como fazem os boxeadores antes de subir ao quadrilátero para os campeonatos mundiais. Que teus golpes sejam evangélicos e certos”. A carta foi publicada pela primeira vez no diário mexicano *Uno más uno* de 1.º de fevereiro de 1979 e logo os jornalistas falaram de um “Watergate eclesialístico”.

certo número de agentes de pastoral, trazendo suas experiências da realidade social e eclesial.

Ao mesmo tempo, um número significativo de jornalistas, que tinham vindo para fazer a cobertura da viagem do Papa, ficaram para a assembléia e passaram a dar um destaque especial aos trabalhos, chamando a atenção da opinião internacional para ela. É aliás interessante notar a evolução dos principais e mais sérios órgãos de imprensa da América Latina e do mundo. No começo, tomados de surpresa por uma campanha orientada pelos setores mais conservadores, deram uma versão sombria da reunião, como se ela fosse condenar a teologia da libertação ou frear certas experiências de pastoral popular. Com o passar dos dias, à medida em que os jornalistas conversavam com os bispos dispostos a dialogar com a imprensa, e na troca de idéias com teólogos e agentes de pastoral, seus artigos foram mudando de tom. Isso coincidia com notícias que chegavam da evolução interna dos trabalhos.

Tanto no interior do seminário palafoxiano, quanto junto à imprensa, foram aparecendo com mais destaque alguns bispos, que se impunham não por atributos meramente individuais ou por se tratar de homens mais hábeis ou de melhor comunicação, mas por serem aqueles que tinham mais *experiências pastorais* que comunicar, a partir de sua realidade diocesana ou nacional, ligados a um trabalho de renovação eclesial e especialmente aos novos resultados da pastoral popular. Com o risco de ser parcial, mas observando a presença dos delegados a partir da sala de imprensa, logo chamaram a atenção dos jornalistas que os assediavam, o cardeal Aloísio Lorscheider presidente do CELAM, D. Paulo Evaristo Arns cardeal arcebispo de São Paulo, D. Leonidas Proaño, bispo de Riobamba no Equador, D. Oscar Romero de San Salvador, na América Central, D. Moacir Grecchi do Acre, devendo-se assinalar entre os convidados não bispos o Pe. Arrupe, superior dos jesuítas. No interior do seminário teriam muita importância, nos primeiros dias, três membros da comissão que articulava os trabalhos dos vinte e um grupos, D. Luciano Mendes de Almeida, bispo auxiliar de São Paulo, D. Luis Bambarém, de Chimbote no Peru e D. Marcos Mac Grath do Panamá. Entre os presidentes e relatores dos grupos de trabalho que tiveram especial destaque, podem ser citados os da primeira comissão, o cardeal Avelar Brandão, de Salvador, Bahia e D. Gérman Schmitz, bispo auxiliar de Lima. Parte do diagnóstico que apresentaram foi contestado em plenário e não obteve os dois terços necessários para a primeira aprovação. Eles colaboraram então na preparação de outro texto, juntamente com alguns dos que mais tinham objetado à redação. O significativo é que o texto final que recebeu votação unânime ficou praticamente igual ao anterior, com pequenos adendos que não lhe mo-

dificaram a orientação central. Isso se deveu em boa parte ao seu trabalho perseverante e à impossibilidade que os opositivos encontraram para mudar a perspectiva da análise. A realidade é suficientemente dramática para que possa ser camuflada ou retocada.

Que houve tensões, é só ir lendo as diferentes versões dos trabalhos dos grupos, ou as intervenções, freqüentemente contraditórias e impossíveis de sintetizar, dos plenários. Uns delegados falavam uma linguagem mais doutrinal e seu interesse era evitar ou corrigir possíveis desviações e eles são responsáveis por muitos dos parágrafos, ou orações intercaladas, acautelatórios. Outros, ao contrário, punham a ênfase no trabalho e na preocupação pastoral a partir das experiências reais e mais significativas. Através da explicitação delas estes últimos foram construindo lentamente um consenso que imprimiu a orientação fundamental do documento.¹¹ Assim, a preocupação decisiva acabou sendo a pastoral, o que não era desde o começo inevitável, mas parecia o mais normal e previsível em condições normais de trabalho.

Em outro artigo analisamos em detalhe a primeira parte do documento, que trata da realidade sócio-cultural e eclesial.¹² É fácil ver como ela retorna os temas de Medellín e, em muitos pontos, é ainda mais incisiva, já que, se o clamor do povo "pode ter aparecido pouco audível naquele momento, agora é *claro, crescente, impetuoso* e, por ocasiões, *ameaçador*" (n.º 49). A situação inclusive piorou: "depois dos anos cinqüenta, e apesar das realizações alcançadas, fracassaram as amplas esperanças de desenvolvimento e aumentou também a marginalização das grandes maiorias e exploração dos pobres" (n.º 1021). Também se constata que "essa pobreza não é uma etapa transitória, mas o produto de situações e estruturas econômicas, sociais e políticas" (n.º 19).

Tudo encaminha para uma opção central: *a preferência pelos pobres*. E isso não ocorre apenas por um elemento de dever de justiça, mas por alguma coisa mais profunda: "o compromisso da Igreja com os pobres e os oprimidos e o incremento das Comunidades de Base ajudaram a descobrir o *potencial evangelizador dos pobres*: enquanto a interpelam constantemente chamando-a à conversão e enquanto muitos deles realizam em sua vida os valores evangélicos de solidariedade, serviço, simplicidade e disponibilidade para acolher o dom de Deus" (n.º 911). Não se trata

11. Desenvolvo este ponto em meu artigo "Puebla e as práticas populares na América" in *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.º 9, março de 1979 na parte "Uma minoria leva ao consenso".

12. L. A. Gómez de Souza, "Documento de Puebla: um diagnóstico a partir dos pobres", *Revista Eclesiástica Brasileira*/39, fascículo 153, março de 1979.

somente de realizar o sinal indicado por Jesus de evangelizar os pobres (Mt 11,5) mas, além disso, *os pobres evangelizam*, são sujeitos ativos do processo de salvação. Assim, do ponto de vista teológico, se abordou o tema do papel protagônico de certos grupos sociais na história. Os pobres, classes populares emergentes em linguagem das ciências sociais, têm uma função particular tanto na economia da salvação quanto na transformação do mundo.

O documento de Puebla insiste na universalidade da salvação e na "construção de uma sociedade pluralista". A opção pelos pobres não as contradiz mas, ao contrário, é meio para realizá-las. Através deles se pode chegar a todos os homens; eles buscarão superar as dominações para construir uma sociedade menos exclusiva e mais participada e, nesse sentido, mais democrática. Optar pelos pobres não é restringir as possibilidades a uma parte da humanidade, seja ela a maioria, mas o esforço por tratar de romper as barreiras que impedem o acesso de todos aos bens e à palavra de Deus.

Há um lugar onde tudo isso procura ir se concretizando: são as *comunidades eclesiais de base*, "expressão do amor preferente da Igreja pelo povo simples, nas quais se expressa, valoriza e purifica sua religiosidade e lhe dá possibilidade concreta de participar na tarefa eclesial e no compromisso de transformar o mundo" (n.º 491).

Estas são algumas intuições importantes do documento. Em mais de duzentas páginas as pistas abertas são muitíssimo mais numerosas. Chamamos a atenção para elas porque nos parecem indicar o eixo central e coincidem com a *prática pastoral concreta* que se vai difundir, do por toda a parte. Depois de Puebla será muito mais difícil do que antes ignorá-la. Há um chamado para a "conversão da Igreja", indicando-se que ela deve "revisar suas estruturas e a vida de todos os seus membros" (n.º 922) para adequar-se às exigências de sua missão no mundo de hoje e de amanhã. O pós-Puebla está aberto a essa tarefa, que não se vai realizar na reiteração de documentos e de bons propósitos, mas no compromisso concreto com a Mensagem e a justiça